

## **ESTADO, PROLETARIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**

### **ESTADO, PROLETARIZACIÓN Y POLÍTICAS PÚBLICAS: LOS DESAFÍOS CONTEMPORÂNEOS**

Isabel Cristina de Pontes Lima<sup>1</sup>

#### **RESUMO**

O programa Bolsa Família, em sua concepção de Política Pública de Transferência Direta de Renda, promove mobilidade socioeconômica de seus usuários ou fortalece um processo de proletarização passiva? Na busca de respostas para tal questionamento, este artigo discute a relação triangular entre Estado, Proletarização e Políticas Públicas, com foco na realidade brasileira contemporânea. Metodologicamente, trata-se de um artigo de revisão da literatura produzida sobre as questões que perpassam conceitos e componentes da realidade histórica em torno do tema. Buscamos em Claus Offe (1990), referências para compreender a função do Estado de Bem Estar no enfrentamento do processo de proletarização pela via de “Políticas Públicas de Transferência Direta de Renda”, tomando por referência o Programa Bolsa Família, limitando nossas considerações aos aspectos conceituais, não se constituindo nossa pretensão desenvolver, nos limites desta produção, uma avaliação de seus indicadores de resultados, processo ou impacto. A relevância dessa discussão consiste nas possibilidades de ampliação de um debate cujo conteúdo anima a disseminação de ideias e postulados revisitados, tangenciando linhas no imaginário do futuro no qual, almejamos estejam superadas as restrições econômicas, sociais e culturais de expressiva parcela da população nacional, restrições essas limitadores de sua mobilidade socioeconômica. Para compor um quadro de referências analíticas, a revisão bibliográfica comporta conceitos que se articulam para balizar a compreensão do tema. Concluímos, enfim, que Políticas Públicas de Transferência Direta de Renda, a exemplo do Bolsa Família, por si só, não conseguem dar conta das dimensões imersas no quadro da pobreza, portanto, de modo isolado não representam oportunidade concreta de mobilidade de seus usuários, mobilidade essa, aqui entendida como: sair da condição de pobre para não pobre.

**Palavras-chave:** Estado, Proletarização e Políticas Públicas.

#### **RESUMEN**

El programa Bolsa Familia en su concepción de la transferencia de políticas públicas directas a la renta promueve la movilidad socioeconómica de sus miembros o refuerza un proceso de proletarización pasiva? En la búsqueda de respuestas a esta pregunta, este artículo se analiza la relación triangular entre proletarización Estado y la política pública, centrándose en la realidad brasileña contemporánea. Metodológicamente, se trata de un artículo de revisión de la literatura producida en las cuestiones que subyacen a los conceptos y componentes de la realidad histórica en torno al tema. Buscamos en Claus Offe (1990), las referencias para entender el papel del estado de bienestar en la cara del proceso de proletarización en concepto de "transferencia de políticas públicas directas a la renta", tomando como referencia el programa Bolsa Familia, limitando nuestras consideraciones a los aspectos conceptual y no constituyen nuestra intención de desarrollar, dentro de los límites de esta producción, una evaluación de su indicadores

---

<sup>1</sup> LIMA, Isabel Cristina de Pontes, Assistente Social, Mestre, em Planejamento e Políticas Públicas, Coordenadora do Curso de Serviço Social da Faculdade de Fortaleza (FAFOR).

de rendimento, proceso o impacto. La relevancia de esta discusión es la posibilidad de expansión de un debate cuyo contenido fomenta la difusión de las ideas y postulados revisitados, líneas tangentes en el futuro de la imaginación en el que nos esforzamos para ser limitaciones económicas superar, una parte significativa de social y cultural de la población nacional, restricciones estos limitadores de su movilidad socioeconómica. Para componer un cuadro de referencias analíticas, la revisión de la literatura implica conceptos que se articulan para guiar la comprensión de la materia. Llegamos a la conclusión, por último, que los ingresos de Políticas Públicas de transferencia directa, tales como el Bolsa Familia, por sí sola, no puede explicar el tamaño inmerso en el contexto de la pobreza, por lo que de manera aislada no representan verdadera oportunidad para la movilidad de sus miembros, los huéspedes esto, aquí entendida como dejar el mal estado no es pobre.

### **1. A Lógica do Estado Capitalista sobre o Processo de Proletarização**

Iniciamos nossas reflexões considerando que qualquer debate sobre políticas públicas de corte social implica necessariamente na compreensão do Estado no contexto do capitalismo. É nessa perspectiva que apelamos para os estudos de Claus Offe (1990), articulando suas concepções a de outros estudiosos do tema, ora para reforçar a convergência com suas ideias, hora para contradizer seu pensamento. Offe é sociólogo político alemão, identificado no cenário acadêmico como integrante da segunda geração da Escola de Frankfurt, cujas visões marxistas apontam a existência do Estado de Bem Estar como indispensável à reprodução e manutenção do sistema capitalista.

Referendando esse entendimento, Poulantzas (2000) afirma que o Estado assume papel importante nas relações de produção e na reprodução das classes sociais e defende que:

O Estado lança mão diretamente da ideologia que legitima a violência e contribui para organizar um consenso de certas classes e parcelas dominadas em relação ao poder público. O Estado é um lugar e um centro de exercício do poder mas não possui poder próprio visto que para coexistir absorve, mesmo que parcialmente, as demandas das classes dominadas (POULANTZAS, 2000, P.150).

A leitura de Poulantzas (2000) sobre as Políticas Sociais no Estado Capitalista concorre para o entendimento de que tais políticas emergem e são subsidiadas pelas funções econômicas e político-ideológicas que permeiam questões sociais. Assim considerando, as políticas sociais adquirem uma aparência enganadora porque antes de serem formuladas na perspectiva da proteção social seriam pensadas para legitimar o sistema capitalista e garantir a reprodução ampliada da força de trabalho em Políticas Públicas diversificadas que se operam em áreas distintas a exemplo da saúde, educação, assistência social, trabalho, dentre outras.

A despeito de algumas convergências com o pensamento de Claus Offe (1990), a construção conceitual de Poulantzas (2000) nele encontra discordância. Mesmo percebendo o Estado como detentor de poder e interesse próprio, Offe (1990) sugere que o Estado precisa manter sua aparência de neutralidade como meio de dissimular-se sem explicitar os reais interesses que permeiam sua estrutura (OFFE e LENHART, 1964).

Na realidade contemporânea do Estado Capitalista, a introdução permanente de tecnologias poupadoras de mão de obra; a dissolução das formas agrárias de vida no campo; a influência das crises do capital externo, dentre outros fenômenos sociais geopolíticos e econômicos tem efeito comum de destruir, em maior ou menor medida as condições de trabalho e vida afetando sobremaneira o estilo de ser, estar e agir no mundo.

Os indivíduos atingidos por tais transformações vivenciam situações singulares e muitas vezes não conseguem fazer de sua própria capacidade de trabalho, a base de sua subsistência porque não controlam, seja em termos individuais ou coletivos, as condições essenciais de

utilização dessa capacidade. Sem alternativas para arquitetar e descobrir estratégias para o enfrentamento da realidade que permeia o mundo capitalista em frequentes transformações, muitos passam a vivenciar o que Claus Offe (1990) identificou como processo de proletarização podendo condicionar o indivíduo a duas situações distintas: a proletarização ativa ou passiva.

Claus Offe (1990) argumenta que, do ponto de vista teórico, existem diferentes alternativas funcionalmente equivalentes á proletarização que se realizam historicamente e que continuam atuais: “migrar com o objetivo de restabelecer em outro lugar uma existência autônoma; assegurar a subsistência por meio de roubo; fugir para alternativas de vida sustentadas por auto interpretação religiosa; recorrer à mendicância, ou á assistência social” e mais recentemente observamos o envolvimento com o tráfico de drogas, dentre outras práticas de conteúdo ilegal.

A luz das alternativas históricas e atuais para a solução do processo de proletarização passiva, Offe (1990) argumenta:

Se o problema da proletarização, da inserção da força de trabalho não pode ser resolvido “por-si-só” em um sentido que possa ser levado a sério do ponto de vista das Ciências Sociais, devemos perguntar que estruturas parciais da sociedade teriam agido funcionalmente com vistas a solução deste problema estrutural? (Offe, 1990).

A partir de tais considerações, Offe (1990) defende a tese de que a transformação da força de trabalho despossuída não é possível sem uma política estatal que não seria necessariamente, “Política Social”, mas que pudesse contribuir para integrar a população que vivencia o processo de proletarização passiva no mercado de trabalho. Desdobra então sua tese em três problemas parciais, a saber:

Primeiro, a força de trabalho despossuída precisa estar disposta a oferecer sua capacidade de trabalho como mercadoria e aceitar os riscos e as sobrecargas associadas a esta forma de existência como relativamente suportáveis: “os trabalhadores precisam ter motivos culturais para se transformarem em trabalhadores assalariados” (OFFE, 1990, p.22).

Nessa lógica, circunstâncias especiais da vida de cada um, limitariam suas possibilidades de ultrapassar o processo de proletarização passiva. É fácil compreender que nem todos conseguem se lançar no mundo do trabalho. Daí porque medidas institucionais de proteção social são lançadas justamente para dispensar parcela da população da pressão de venda de sua força de trabalho para o mercado, sendo consumida de outra forma que pela cessão em troca de dinheiro, como por exemplo, seria o caso da doméstica beneficiária do Programa Bolsa Família a quem supostamente compete à tarefa de conduzir sua prole á escola, sob pena de ter seu benefício excluído, sendo sua missão, satisfazer a um critério de permanência no Programa, e concomitantemente, mesmo não lhe sendo afirmado, alimentar sua condição familiar de proletarização passiva.

O segundo ponto chave desse argumento, consiste nos pré-requisitos exigidos pelo mundo do trabalho para assegurar a necessária condição objetiva de “reprodução material”, indispensável para assegurar os mínimos sociais e econômicos para a sobrevivência das famílias que enfrentam o processo de proletarização passiva. Na medida dessa compreensão, Offe (1990) sugere a necessidade de o Estado assegurar o controle sobre quem pode e quem não pode tornar-se trabalhador assalariado. Enfim, as reflexões do autor conduzem á conclusão de que a decisão de ingresso no mundo do trabalho não depende essencialmente das necessidades individuais nem das oportunidades de subsistência existentes fora do mercado.

Terceiro, Offe (1990) sugere que tais decisões precisam ser regulamentadas politicamente de forma definitiva porque do contrário haveria uma tendência a que trabalhadores assalariados se evadissem do mercado de trabalho refugiando-se no processo de proletarização passiva. Partindo desse ponto de vista Offe (1990) aponta limitações na motivação para o trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas e fundamentado em Marx (1984, p.776) afirma: “a transformação da força de trabalho despossuída em trabalho assalariado é, ela mesma, parte do processo constitutivo da Política Social cuja efetivação não pode ser explicada pela coerção muda das relações econômicas. Daí a tese de que a Política Social não é mera reação do Estado

aos problemas da classe operária, mas contribui de forma indispensável para a constituição dessa classe. Assim a função mais importante da Política Social consiste em regulamentar o processo de proletarização” (MARX, 1984, p. 776).

A partir dos elementos expostos este estudo se desloca para uma abordagem mais aproximada dessa teoria a partir da análise da realidade de pobreza evidenciada no Brasil contemporâneo e a alternativa de seu enfrentamento pela via de uma Política Pública de transferência direta de renda, no caso, o Programa Bolsa Família.

## **2. A Proletarização Brasileira e Seu Enfrentamento Via Bolsa Família.**

Trazer a analogia de Claus Offe (1990) sobre a relação entre o Estado de Bem Estar no Sistema Capitalista e sua vinculação às Políticas Públicas desenvolvidas para o enfrentamento do processo de proletarização passiva é o desafio que tomamos para situar a realidade brasileira contemporânea no delineamento de aspectos teóricos e metodológicos envolvidos na formulação do Programa Bolsa Família em sua lógica de Transferência Direta de Renda, como amparo para a analogia teórica de seus pressupostos relacionados à compreensão da perpetuação da pobreza, considerando a perspectiva de Offe sobre tal questão. A partir de sua teorização é possível compreender a realidade brasileira contemporânea em cujo processo de proletarização de expressivo contingente se configura como representação histórica de múltiplas questões econômicas, culturais e sociais mal resolvidas, a saber: as sequelas da escravidão; a pobreza e o racismo; a dimensão geográfica do território nacional; o isolamento de grandes contingentes rurais; a submissão da economia ao exterior; a cultura da elite oligárquica exportadora desligada dos valores das grandes massas, dentre outros fatores que caracterizam o cenário de um País arquitetado distante da perspectiva de Nação (Buarque, 1993).

A linha do tempo que marca tal realidade é considerada em breves passagens neste estudo, a começar pela revolução brasileira de 1930 cujos determinantes concorrem para que o Brasil inaugure um programa deliberado de industrialização e passe a vivenciar de modo limitado e excludente a experiência de cidadania, que ao invés de generalizar direitos, introduz pela via do trabalho regulamentado, o fosso que separa cidadãos e não cidadãos. É a “cidadania regulada” de que nos fala Wanderley Guilherme dos Santos. Como obra de engenharia institucional sacramenta desigualdades e introduz segmentações que destituem da condição de cidadania todos aqueles que não gozam das prerrogativas da Carteira de Trabalho assinada enquanto o Estado os coloca para fora do contrato social referendado pela assinatura do empresariado (Teles, 1994, p.96).

Na década de 1940, o Brasil já se defronta com o crescimento da proletarização urbana reforçada pelos fluxos populacionais liberados pela capitalização da agricultura, pelo fluxo migratório campo-cidade mitigando o surgimento dos aglomerados de favelas no meio urbano industrial.

A insatisfação do povo brasileiro com as consequências do baixo poder do Estado em efetivar estratégias de transformação da realidade, culminou com o agravamento da crise na década de 1950 e em março de 1964 o Golpe militar se inscreve como ação. O exílio e a cassação de direitos civis e políticos conduziram intelectuais e políticos contrários a permanecerem aliados do debate pelos determinantes do Ato Institucional N°5.

Ainda no contexto da ditadura militar, diferentes análises das políticas da década de 1970 revelam que o Estado conseguiu financiamento externo fácil e que a dívida contraída no período fomentou investimentos improdutivos, portanto, não viabilizaram as condições objetivas para seu pagamento. Tal realidade reforçou o empobrecimento gradativo do País levando o Estado a um processo de falência e a uma crise moral e ao agravamento do quadro de pobreza e miséria de expressiva parcela da população.

Profundas transformações no mundo do trabalho são vivenciadas na década de 1980 entre países de capitalismo avançado. Nesse contexto o euro-mercado expandiu o dinheiro movimentando bilhões de dólares, marcos e outras moedas gerando a figura do cidadão mundial. (Teixeira, 1995, p.22). Distante dessa realidade, no Brasil os anos de 1980 entraram para a história sob o estigma da década perdida e nesse tempo as lutas da classe trabalhadora e

sindicais voltaram a movimentar as lutas sociais e o processo de abertura política que culminou com a criação da Assembleia Nacional Constituinte e em seu esteio a promulgação da Constituição Federal de 1988. Com as eleições de 1989, o comando da nação passa para o domínio dos liberais conservadores cujas medidas providenciaram cortes no gasto público, redução de salários precipitando a economia numa nova recessão.

A partir dos anos de 1990 o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI) estava assimilado e colocado em prática no Brasil, evidenciando o agravamento do processo de proletarização para expressiva parcela da população.

Esse empobrecimento não significa, porém, apenas a degradação das condições materiais de vida. De acordo com Offe (1990) na ausência de direitos e de políticas sociais o mercado tende a destruir o potencial produtivo da força de trabalho, a desestruturar formas de vida das quais depende a sua produção e ainda a solapar as disposições normativas para ingresso no mundo do trabalho, pois, ao menos em princípio, a sobrevivência pode realizar-se por outros meios – a exemplo do que podemos constatar entre usuários de programas de transferência direta de renda – em cujos fundamentos a sobrevivência pode realizar-se.

Evidenciando que as desigualdades sócio - econômicas no Brasil ampliavam gradativamente seu contingente e que as metodologias direcionadas ao seu enfrentamento não se revelavam exitosas, em 1975, a inspiração do economista Antônio Maria da Silveira culminou com a produção de um artigo sobre “ redistribuição de renda”, fundamentando-se na teoria do imposto de renda negativo de Friedman (1962).

Considerando a pobreza e a miséria como ameaças a sustentabilidade da democracia, Silveira (1975) ressaltou a importância da redistribuição de renda mediante uma complementação monetária que deveria ser financiada pelos 10% mais ricos da população. Percorrer os caminhos trilhados por esses e outros estudos direcionados a formulação de políticas de transferência de renda é o objetivo deste capítulo, cujas referências irão subsidiar análises dos resultados apresentados neste artigo. Os pressupostos defendidos por Silveira (1975) influenciaram o Senador Eduardo Suplicy na defesa do Projeto de Lei Nº 80/91 cujo conteúdo institui um “Programa de Garantia de Renda Mínima” para o Brasil. A proposta foi aprovada por unanimidade pelo Senado Federal.

Foi, portanto, a partir de 1991 que o debate brasileiro sobre “renda mínima” começou a conquistar adeptos. Nessa linha de raciocínio Camargo (1991) passou a defender uma proposta de renda mínima familiar articulada com a educação formal dos filhos e dependentes em idade escolar. De início Canargo(1991) defendeu a transferência monetária equivalente a um salário mínimo a toda família com filhos ou dependentes em idade de 05 a 16 anos. Depois, em 1993, alterou essa proposta em benefício de famílias com filhos ou dependentes de 07 a 14 anos, desde que frequentassem regularmente a escola pública.

O vínculo com a escola pública constituía-se termo de garantia para a focalização do programa nos estratos de menor renda para em curto prazo amenizar a pobreza e em longo prazo reduzir sua reprodução às novas gerações (Silva e Silva, Yazbeck, Giovanni — p.)

Camargo (1993) passou a criticar a propositura do Senador Eduardo Suplicy por discordar de seu foco na população idosa e também pelos riscos de fortalecimento de trabalho informal no país.

Esse debate sustentou-se em dois argumentos fundamentais: O primeiro, no alto custo para as famílias pobres manterem seus filhos na escola; o segundo, na deficiência educacional como fator determinante para a reprodução da pobreza entre sucessivas gerações. Assim compreendendo, a compensação financeira para famílias pobres manterem seus filhos na escola funcionaria como mecanismo impulsor ao rompimento do ciclo de pobreza.

Coerente com esse postulado, o governo Fernando Henrique Cardoso a partir de 1995 passou a implantar e implementar programas focados na família como unidade beneficiária vinculando a concessão do benefício à obrigatoriedade de ingresso e frequência de crianças em idade escolar à rede pública de ensino.

A partir de então, a Política de Renda Mínima supera a condição de utopia, constituindo-se numa alternativa concreta para a implementação de políticas sociais de enfrentamento da pobreza.

O Brasil vivia momento de retomada do crescimento econômico e as questões sociais se incorporavam à agenda de debates sob o alerta de que o desenvolvimento econômico por si só, desvinculado das políticas sociais de enfrentamento à pobreza, poderia comprometer a sustentabilidade democrática, dentre outros argumentos incorporados ao discurso dos políticos contemporâneos, principalmente por ocasião de campanhas eleitoras. A materialização dos discursos em programas de transferência de renda aconteceu mesmo no governo de Fernando Henrique Cardoso, com maior visibilidade a partir de seu segundo mandato (1999 – 2002), quando o Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima (PNGR), para toda criança na escola, transformou-se em Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado a Educação – Bolsa Escola, como também a criação do Programa Bolsa – Alimentação, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Vale Gás e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), todos destinados à famílias em situação de pobreza e miséria.

Esses programas, sem precedentes em termos de abrangência na Política Social Brasileira, passam a ser considerados eixo central de uma “grande rede nacional de proteção social” implantados no país, implementados de modo descentralizado em quase todos os 5561 municípios brasileiros (Silva e Silva, Yazbeck, Giovann, \_\_\_\_, p. 92)

No decorrer dessas experiências, o Senador Eduardo Suplicy, propõe, através do Projeto de Lei N<sup>o</sup> 266/2001 a criação de uma “Renda de Cidadania”, para todos os brasileiros e mesmo para estrangeiros residindo no país há cinco ou mais anos.

Em 2003, inicia-se o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse novo cenário as teses que davam sustentabilidade aos Programas de Transferência de Renda, já haviam se consolidado, muito embora não se tivesse dados precisos para uma avaliação do impacto desses programas na melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários.

O Presidente Lula, incorpora ao seu discurso a ideia e propõe a construção de uma Política Pública de Transferência de Renda.

No final de 2003 foi aprovada pelo Congresso Nacional uma Emenda Constitucional no âmbito da Reforma Fiscal, incluindo um parágrafo prevendo a implementação de um programa de renda mínima para prover a subsistência a pessoas ou famílias com prioridade para aquelas mais necessitadas, e co-financiado pela União, Estados e Municípios.

Em outubro de 2003, foi implementado o Programa Bolsa Família, como resultante da junção dos Programas Bolsa – Escola, Bolsa - Alimentação, Vale – Gás e Cartão Alimentação. Sua operacionalização inicial previa um “plus” no orçamento de 2003 que era de R\$ 4,3 bilhões para 5,3 bilhões em 2004, como também a expansão de suas metas passando de 3,6 milhões de famílias em 2003 para 7,6 milhões em 2004. Esse aporte de recursos orçamentários ao programa de transferência de renda representou mais que o dobro daqueles disponibilizados em 2002 quando o governo Fernando Henrique implantou a primeira experiência nacional. Sob a justificativa de redução dos custos e maior controle das concessões advindas do Programa Federal de Transferência de Renda, foi instituído o Cadastro Único (Cad Único) através do Decreto N<sup>o</sup> 3.877, de 24 de julho de 2001. Esse instrumento foi implementado com o objetivo de

cadastrar, a partir de formulário único, as famílias brasileiras em situação de extrema pobreza, tendo em vista a focalização das políticas públicas nessa população. Outra medida adotada com vistas a unificação e controle dos Programas de Transferência de Renda foi o Cartão - Cidadão, que passou a substituir os cartões magnéticos vinculados aos antigos e extintos programas do governo Fernando Henrique Cardoso e que permitiam às famílias retirarem diretamente do banco o valor correspondente ao benefício decorrente do Programa ao qual estavam incluídas.

Por “proletarização passiva” Offe (1990) entende a aceitação ou acomodação humana á “destruição de suas formas de trabalho e de subsistência até então habituais”. Do ponto de vista sociológico a proletarização passiva passa a se configurar como incontestável porque os indivíduos atingidos pela desapropriação das condições de utilização de sua força de trabalho podem acomodar-se a condição de usuários das Políticas Públicas de Transferência Direta de Renda, tal como pressupomos ocorrer entre usuários do Programa Bolsa Família, justamente porque o Programa define como baliza de acesso a condição de beneficiário a renda mensal de até ¼ do salário mínimo, assegurando ao Estado uma correspondência quantitativa aproximada entre o numero de pobres passivamente acomodados e o número daqueles que em vista da demanda do mercado de trabalho e de outros componentes de caráter sociocultural se lançam a vivenciar a proletarização ativa ocupando espaço no mundo do trabalho, mesmo que de modo precarizado como trabalhadores assalariados.

Mesmo compreendendo que para além do critério de baixa renda o Programa Bolsa Família condiciona seu acesso e permanência a matrícula de crianças na escola, não estabelece em sua concepção a perspectiva da mobilidade econômica de seus usuários deixando em aberto a perspectiva temporal, não definindo a periodicidade em que as famílias beneficiárias devam ser desligadas do Programa justamente por terem superado a condição de proletarização passiva.

Sobre o critério de vinculação de crianças à escola como requisito para acesso a transferência direta de renda oportunizada pelo Programa Bolsa Família, e mesmo não sendo a educação o foco de interesse deste estudo, vale aqui considerar o pensamento de Owen (1987), o qual denuncia que no capitalismo a educação é para o trabalho, mero instrumento de ganho. Sem apresentar uma proposta coerente para a educação dos povos excluídos da dinâmica do capitalismo, os postulados do autor determinam as seguintes considerações:

É isso que acontece quando, mesmo um reformista social e educacional esclarecido, que honestamente tenta remediar os efeitos alienantes e desumanizantes do poder do dinheiro e da “busca do lucro”, os quais ele deplora, não pode escapar a auto-imposta camisa-de-força das determinações causais do capital. (MEZAROS, 2007,p.202)

Mézaros (2007) resgata os embates promovidos ainda no início da “acumulação primitiva”, e os sucessivos fracassos históricos dos que objetivaram o enfrentamento do poder do dinheiro sobre a educação. Entretanto, não desanima e sugere que devemos prosseguir, adotando o desafio de romper com a camisa de força da lógica do sistema capitalista, e destaca: “as soluções não podem ser formais, elas devem ser essenciais”. Defendemos, portanto, que seria essencial promover a noção educativa entre famílias empobrecidas e essencialmente entre aquelas beneficiárias do Programa Bolsa Família sobre os determinantes de sua condição de pobreza e das reais possibilidades de sua superação.

Distante de oferecer aos usuários do Bolsa Família, referências para a compreensão de sua condição de pobreza, a educação dispensada às sucessivas gerações esqueceu também de fomentar nos alunos os valores contrários a esse sistema. Por outra via, teria legitimado o interesse dos dominantes e a aceitação pelos dominados, de uma hierarquia balizadora da estrutura de classes. Essa ideia encontra fundamento em Mézaros (2007) quando destaca que as transformações sucessivas no campo da educação formal, por mais emancipatórias que se tenham revelado em suas bases de concentração filosófica libertadora, não conseguiram afetar os pilares que sustentam o sistema capitalista, e sugere:

As soluções educacionais formais, mesmo algumas das maiores e mesmo quando são sacramentadas pela Lei, podem ser completamente invertidas, desde que a lógica do capital permaneça intacta como quadro de referência orientador da sociedade (OWEN, 2007, p. 199).

Feitas essas considerações, Mézaros apela a Marx (1988), e questiona: “será que a aprendizagem conduz à auto-realização dos indivíduos como socialmente ricos humanamente, ou está a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital?”

Para responder a tal questionamento, Mézaros apela para Gramsci (1957) em sua posição democrática, fundada na premissa de que “todo ser humano contribui, de uma forma ou de outra, para a formação de uma concepção de mundo predominante” (Gramsci, 1957, p. 121).

Seguindo essa linha de raciocínio afirma “a aprendizagem é a nossa própria vida” e sendo assim, a principal função da educação formal hoje “é agir como um cão-de-guarda ex-officio e autoritária para introduzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, e subordiná-los às exigências da ordem estabelecida” (Mézaros, 2007, p. 212).

A partir de tais considerações, este artigo se concentra na revisão de literatura de conteúdo mais aproximado da do tema em foco e suas repercussões na realidade brasileira, onde a temática da proletarianização passiva/ativa se descortina sob o véu das extremas desigualdades no contexto de uma sociedade capitalista de dimensões excludentes.

Ao analisar a relação entre educação e emancipação humana, Santos (2008) sugere como ponto de partida, o reconhecimento do caráter amplo da educação, que não deve ser considerada apenas no entorno dos mundos escolares, percebidos por ele, como sua dimensão mais restrita.

Resgatada em sua dimensão mais ampla, concebe-se que a educação, entendida como aprendizado pelo qual o ser social incorpora certos conhecimentos que lhe permite compreender e agir sobre a realidade que o cerca, é um ato que marca a própria materialidade do homem. (SANTOS, 2008, p.56)

A relação entre educação, capitalismo e pobreza tem pautado amplas discussões no Brasil, e em meio aos mais diferentes embates que o tema suscita, uma questão é formulada como ponto de partida:

... se a educação está mais voltada para a adaptação do indivíduo ao meio e se este se constitui na sociedade capitalista em que o homem explora e domina o outro, por que se preocupar em alfabetizar e educar milhões de seres humanos que não sabem ler e escrever? ... No Brasil, por exemplo, ainda temos cerca de 18 a 20 milhões de analfabetos, sem contar os analfabetos funcionais que mal sabem escrever (ORSO, 2008, p. 52).

A sociedade capitalista em sua fase neoliberal tal como verificamos no caso brasileiro contemporâneo apela para o discurso da universalidade do direito de acesso à educação ao mesmo tempo em que aprofunda e propaga desigualdades, pela via do individualismo e da competitividade como valores disseminados nas escolas e na sociedade como um todo. Num país que privilegia a privatização do ensino e deixa no comando de empresas a responsabilidade de educar suas crianças e jovens e, por outro lado, descuida de qualificar professores de escolas públicas e negligência da gestão e do investimento tecnológico para salas de aula, não pode estar preocupado em transformar a realidade atual.

É importante lembrar ainda, que as mudanças históricas acontecem a partir de certas condições dominantes que vão sendo questionadas em virtude das consequências negativas que vão impondo à vida em sociedade. É o caso da violência extrema, por exemplo, que já se manifesta também no interior das escolas públicas, atualmente questionadas pela vulnerabilidade a que se expõem pela própria ineficiência de suas práticas.

A educação, ao persistir em seu estilo de ensino tradicional, e desprovida de capacidade intelectual e instrumental para o acesso à tecnologia, estaria fadada a colaborar com a formação do “Quarto Mundo”: o mundo dos desnecessários, desconectados da era do acesso (Rifiking, 1996 in Silva, 2003).

Se a escola disseminar educação e cultura, e esta desprovida de conhecimento e tecnologia, formará o “mundo dos desnecessários”, distanciando-se cada vez mais da realidade



vigente que em suas instituições globais forma uma cultura de realidade virtual em torno da qual nasce e se propaga a “geração ponto com”.

Agora, o computador, a televisão e outros meios de comunicação são os intermediários quase-oficiais, livres para destruir antigos e criar novos símbolos e identidades. As crianças da “geração ponto com” estão sendo introduzidas à realidade virtual antes de “debutar” de forma apropriada na realidade real. Seu mundo está sendo perigosamente reduzido a uma tela gigante e mágica da qual é difícil desconectar-se. Em síntese, o que não se manifesta em alguma tela não existe, não é verdade, ou não é importante. A geração ponto com corre o risco de pensar que já não será necessário caminhar para conhecer o mundo e transformá-lo. (RIFIKING, 1996 in SILVA, 2003).

Partindo desse ponto de vista Offe (1990) aponta limitações na motivação para o trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas e fundamentado em Marx (1984,p.776) afirma: “a transformação da força de trabalho despossuída em trabalho assalariado é, ela mesma, parte do processo constitutivo da Política Social cuja efetivação não pode ser explicada pela coerção muda das relações econômicas. Daí a tese de que a Política Social não é mera reação do Estado aos problemas da classe operária, mas contribui de forma indispensável para a constituição dessa classe. Assim a função mais importante da Política Social consiste em regulamentar o processo de proletarização” (MARX, 1983, p. 776).

A escola contemporânea se insere, portanto, numa sociedade dividida entre a “geração dos desnecessários” porque excluídos do conhecimento e do acesso à informática e à “geração ponto com”. No limiar dos dois mundos prevalece a possibilidade da realidade virtual assumir poderes de dimensões ainda incalculáveis. Por tudo isso, as mudanças educacionais se anunciam como vigentes, não exatamente para validar os interesses da “geração ponto com”, mas essencialmente para restringir a evolução da “geração dos desnecessários”, ou, apelando para Claus Offe (1990), para manter sob o domínio do Estado aqueles que vivenciam no contexto do desenvolvimento capitalista, um processo de proletarização passiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORBA, Jason T. Protagonismo. Mundo no século XXI. **Dialética das ideias globais** (In) ORSO, Paulino José et alii (org) Educação e luta de classes. S. Paulo. Ed. Expressão Popular, 2008.

BUARQUE, Cristovam. A revolução das prioridades: **da modernização técnica à modernização ética**. Brasília, INESC/INED, Janeiro de 1993

CASTELLS, M (1998). End of millennium (V.III) Malden, MA; Blackwell Publishers (In) SILVA, José de Sousa. A mudança de época e o contexto global cambiante. **Implicações para a mudança institucional em organização de desenvolvimento** (mimeo), 2003.

GRAMSCI, Antonio. “**The formation of intellectuals**”. Londres, Lawrence and Wishart, 1975, p. 121. Op. Cit. MÉZAROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico. Trad. Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo. Bontempo, 2007.

MARTI, José. “**Libros**”, em **Obras Completas**. Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1991.

MARX, Karl. O capital. **Crítica da economia política**. Livro I. O processo de produção do capital. 9º edição, DIFEL Ed. S. Paulo, 1984

MÉZAROS, Istávan. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. Trad. Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo. Bontempo, 2007.

OFFE, Claus. Capitalismo desorganizado. **Transformações contemporâneas do trabalho e da política**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 19-69

ORSO, Paulino José. **A educação nas sociedades de classe: Possibilidades e limites** (In) Educação e luta de classes. S. Paulo. Ed. Expressão Popular, 2008.

OWEN, Robert. A new view of society writings. Londres, 1987, op. Cit. MÉZAROS, Istávan. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. Trad. Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo. Bontempo, 2007.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RIFIKIN, J. **El fin del trabajo: nuevas tecnologías contra puestos de trabajo: el nacimiento de una nueva era**. Buenos Aires: Pardos, 1996 (In) SILVA, José de Sousa. Mudança de época e o contexto global combatente. Implicações para a mudança institucional em organizações de desenvolvimento (mimeo), 2003.

SANTOS, Ariovaldo. **Mundialização, Educação e Emancipação Humana** (In) ORSO, Paulino José et alii (org) Educação e luta de classes. S. Paulo. Ed. Expressão Popular, 2008.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Notas para uma crítica ao fim da sociedade do trabalho**. Revista Universidade e Cidadania, São Paulo, Ano IV. Julho, 1995.